

Sumário

Número de notícias: 14 | Número de veículos: 11

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Quem pode ser declarado 2

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Restituição de IR poderá ser feita em contas digitais 4

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Supremo garante sigilo de dados da repatriação 5

FOLHA DE S. PAULO - SP - SEMINÁRIOS FOLHA
SERVIDOR PÚBLICO

Licença-maternidade precisa mudar para incentivar mulher no trabalho 7

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Aprovada PEC, Senado cobra agora auxílio emergencial 9

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Avanço da reforma tributária sofre atrasos 11

CORREIO DE SERGIPE - SE - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

A Reforma Tributária Ideal para uma economia pós-pandemia (2) 13

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
ECONOMIA

A urgência urgentíssima (3) 14

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER
ECONOMIA

Compra de mansão de R\$ 6 mi por Flávio tem perguntas sem respostas 15

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Inadimplência deve aumentar com auxílio menor e desemprego elevado 18

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHAINVEST
ECONOMIA

País se despede de Selic a 2% após efeito limitado na dívida 21

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
ECONOMIA

Falta destravar o País (3) 24

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL - O CUSTO DO DESCASO
ECONOMIA

Economia desacelera com falta de vacina 25

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
ECONOMIA

Congresso dos EUA esta perto de aprovar estímulo histórico 27

Quem pode ser declarado

Natália Bosco*

O prazo para entrega da Declaração do Imposto de Renda de Pessoa Física (DIRPF) do ano-calendário de 2020 começou na semana passada e termina no dia 30 de abril. Na hora de declarar, o contribuinte pode incluir dependentes. A opção pode gerar uma dedução de R\$ 2.275,08 por pessoa na base de cálculo do imposto. Filhos, enteados e cônjuge são alguns dos exemplos que entram no acerto de contas com o Leão. Mas é importante ficar atento para não cometer erros e se certificar sobre quem, de fato, pode ser declarado como dependente, já que esse é um dos pontos que mais levam os contribuintes para a malha fina.

O contador especialista em Imposto de Renda Sergio Cabral explica que entra na conta quem teve alguma relação de dependência com o contribuinte, mesmo que pelo menos por um mês no ano-calendário. "Essa relação de dependência é descrita pelo programa da Declaração do Imposto de Renda. É muito importante salientar que não é pelo fato de a pessoa morar na mesma casa que ela é sua dependente. É sempre quando você tem ligação financeira com a pessoa, seja ela parental direto ou seja decidido pelo Judiciário", esclarece.

De maneira básica, podem ser considerados dependentes cônjuge, filho ou enteado, irmão, neto ou bisneto, sem arrimo dos pais, de quem o contribuinte detenha a guarda judicial, pessoa absolutamente incapaz, da qual o contribuinte seja tutor ou curador, menor pobre até 21 anos que o contribuinte crie e eduque e de quem detenha a guarda judicial e companheiro(a) com quem o contribuinte tenha filho ou viva há mais de 5 anos.

Filhos ou enteados podem ser declarados como dependentes até os 21 anos de idade ou até 24 anos, caso esteja cursando estabelecimento de ensino superior ou escola técnica de segundo grau. Se esse dependente for uma pessoa incapacitada física ou mentalmente para o trabalho, pode ser declarada independentemente da idade.

A **Receita Federal** esclarece que, no caso de filhos de pais separados, "o contribuinte pode considerar como dependentes os filhos que ficarem sob sua guarda, em cumprimento de decisão judicial ou acordo homologado judicialmente". Aqui, é necessário informar os rendimentos recebidos pelos filhos, como a pensão alimentícia paga pelo ex-cônjuge.

Erros comuns Sergio Cabral citou alguns dos principais erros cometidos por contribuintes ao incluir dependentes na declaração do Imposto de Renda. O declarante deve colocar todos os ganhos e despesas dessa pessoa, destaca. "Quando você coloca um dependente, automaticamente, você tem que colocar todas as variáveis dele, ou seja, ganhos e despesas. Eu sou obrigado a colocar tudo o que meu dependente ganhou e tudo o que meu dependente gastou, que são aqueles conceitos principais: plano de saúde, Previdência. Por exemplo, acontece muito problema de pais que têm filho fazendo estágio e não colocam a renda do filho, mas isso é obrigatório", pontua o especialista.

Além disso, ele lembra que os dependentes não podem ser incluídos em mais de uma declaração. "Um dos principais erros é quando casais fazem a declaração em separado e informam os dependentes nas duas declarações. Os dependentes têm que constar apenas em uma declaração. Esse é um erro que a **Receita Federal** cruza rapidamente", destaca.

*Estagiária sob a supervisão de Andreia Castro Quem pode ser incluído como dependente
Cônjuge;Companheiro(a) com quem o contribuinte tenha filho ou viva há mais de 5 anos;Filho(a) ou enteado(a), até 21 anos de idade, ou, em qualquer idade, quando incapacitado física ou mentalmente para o trabalho;Filho(a) ou enteado(a), de até 24 anos de idade, que ainda esteja cursando estabelecimento de ensino superior ou escola técnica de segundo grau;Irmão(ã), neto(a) ou bisneto(a), sem arrimo dos pais, de quem o contribuinte detenha a guarda judicial;Menor pobre até 21 anos que o contribuinte crie e eduque e de quem detenha a guarda judicial;Pessoa absolutamente incapaz, da qual o contribuinte seja tutor ou curador.

Fonte: **Receita Federal**



Restituição de IR poderá ser feita em contas digitais



Prestação de contas. O prazo para declarar o Imposto de Renda começou no início deste mês e vai até o fim de abril

BERNARDO YONESHIGUE

A **Receita Federal** acompanhou o crescimento das fintechs - start-ups ou empresas que desenvolvem produtos financeiros digitais - e incluiu uma novidade na declaração do Imposto de Renda (IR) 2021.

Agora, além de contas corrente e poupança tradicionais, o contribuinte pode selecionar uma conta de pagamento para crédito da restituição do imposto, as contas digitais.

Fintechs são empresas voltadas para a tecnologia e o mercado financeiro. De acordo com o Distrito Fintech Report 2020, o número de empreendimentos nessa categoria cresceu 34% no último ano.

Nubank, PagSeguros e PicPay são alguns exemplos de fintechs brasileiras que ganham cada vez mais espaço no mercado.

Um de seus principais produtos são as contas digitais, que atraem usuários por sua facilidade de acesso, já que são 100% movimentadas pela internet, e pela ausência de tarifas, seja para manutenção da conta, movimentações financeiras ou uso de cartão de crédito.

Até 2020, essas contas não podiam ser usadas para crédito da restituição do Imposto de Renda. As opções eram restritas a contas corrente e poupança tradicionais.

Entre as novidades da declaração divulgadas pela Receita este ano, está a inclusão dessas contas de pagamento como uma opção para a devolução do imposto pago.

Para isso, antes de enviar a declaração, o contribuinte deve selecionar a opção "Resumo da declaração", no menu esquerdo da tela, e clicar em "Cálculo do Imposto".

Ali, será mostrado se o declarante possui, ou não, um valor a ser restituído. Caso tenha dinheiro a receber, a aba "Informações Bancárias" deverá ser preenchida com os dados de sua conta.

Quem recebeu auxílio emergencial também terá que prestar contas à Receita se tiver tido outros rendimentos acima do limite de isenção (pouco mais de R\$ 22,8 mil) no ano. E deverá devolver o que foi recebido ao governo.

Para facilitar o preenchimento da declaração, O GLOBO lançou uma ferramenta on-line para tirar as dúvidas do contribuinte,

além de um tutorial, explicando passo a passo como preencher o ajuste. Eles podem ser encontrados no ambiente especial <https://oglobo.globo.com/economia/imposto-de-renda/>

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Supremo garante sigilo de dados da repatriação

Joice Bacelo Do Rio

O Supremo Tribunal Federal (STF) acabou com uma discussão que, desde de 2017, vinha tirando o sono de quem aderiu ao programa de repatriação - o Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (Rerct). Está garantido o sigilo das informações que foram prestadas pelos contribuintes no momento da adesão. Significa, na prática, que esses dados não poderão ser compartilhados nem mesmo com órgãos de investigação.

Os ministros decidiram sobre esse tema em julgamento que ocorreu no Plenário Virtual. O resultado foi proferido na noite de sexta-feira. Dos onze integrantes da Corte, dez votaram para garantir a confidencialidade.

Essa era a única discussão relevante que ainda perdurava sobre o programa de repatriação. O sigilo era uma das "regras de ouro", dizem os advogados que atuam para os contribuintes. Mudar esse ponto agora - com as adesões encerradas e as informações já declaradas -, afirmam, poderia provocar uma "caça às bruxas". As pessoas ficariam expostas a novas cobranças e investigações, inclusive na esfera penal.

Os brasileiros com dinheiro não declarado no exterior puderam regularizar a situação por meio desse programa. Havia alguns requisitos: a origem do dinheiro tinha que ser lícita e o contribuinte deveria pagar 15% de imposto e 15% de multa sobre os valores declarados. Em troca, era liberado de responder por crimes como sonegação, evasão de divisas e lavagem de dinheiro.

A primeira fase, em 2016, teve a adesão de 25 mil pessoas físicas e 100 empresas, com arrecadação de R\$ 46,8 bilhões. Já na segunda fase do programa, em 2017, aderiram 1.915 pessoas físicas e 20 empresas. A arrecadação foi de R\$ 1,6 bilhão.

A garantia de sigilo está prevista nos parágrafos 1º e 2º do artigo 7º da Lei nº 13.254, de 2016. Esses dispositivos proíbem a divulgação e o compartilhamento das informações dos contribuintes (inclusive com Estados, Distrito Federal e municípios), implicando efeito equivalente à quebra de sigilo fiscal.

A norma foi discutida no STF por meio de uma ação

do Partido Socialista Brasileiro (PSB) - ADI 5729. A legenda pedia para que os dispositivos fossem declarados inconstitucionais. A intenção era de que a **Receita Federal** e o Banco Central pudessem compartilhar os dados declarados com outros órgãos públicos de controle - como a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e o Tribunal de Contas da União.

Segundo o partido, a ação surgiu a partir de uma denúncia dos auditores fiscais de que, por causa do sigilo, os documentos das pessoas e empresas que fizeram as adesões estavam sendo armazenados com o CNPJ da Receita e não com o CPF ou o CNPJ do próprio contribuinte.

Além de considerar a medida desproporcional, afirmava que comprometia as fiscalizações e citava exemplo de pessoas que haviam se utilizado do programa para regularizar recursos de origem ilícita - casos de corrupção especialmente.

Prevaleceu no julgamento o voto do relator, ministro Luís Roberto Barroso. Ele afirma que "não se pode confundir o real propósito da lei de repatriação, que não envolve produto de crime de corrupção, a partir do seu eventual mau uso por um ou outro criminoso".

De acordo com o ministro, o programa prevê regras claras de exclusão em caso de apresentação de declarações ou documentos falsos. "O país que utiliza estes programas, ao atrair de volta valores de pessoas que expatriaram recursos de maneira irregular, acaba contribuindo para uma postura mais eficiente contra a evasão de divisas", diz.

Ele acrescenta que o programa é "uma espécie de transação", autorizada pelo Código Tributário Nacional, e que, nesse contexto, as regras especiais de sigilo são exemplos de garantia dada a quem optou por aderir. As "regras do jogo", portanto, devem ser mantidas e observadas "a fim de assegurar a expectativa legítima do aderente e proporcionar segurança jurídica na transação".

O ministro Ricardo Lewandowski foi o único que divergiu do relator. Mas apenas ressaltou que a decisão não alcançaria as informações que digam respeito a recursos com origem ilícita.

"Pode-se considerar uma unanimidade porque a Lei da

Repatriação sequer seria acessível a recursos e ativos de origem ilícita", avalia Hermano Barbosa, sócio do escritório BMA. O advogado diz que a regra do sigilo não é uma exclusividade brasileira. "Foi criada em linha com as orientações da OCDE para os países que pretendessem criar programas especiais de regularização." Para ele, a decisão do STF "sinaliza um mensagem importante, inclusive para a própria **Receita Federal**, sobre a importância da proteção da confiança do particular em suas relações com a administração pública".

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186727

Licença-maternidade precisa mudar para incentivar mulher no trabalho



Emerson Lima

ANNE WILIANS
presidente do Instituto Nelson Wilians

A belenense, 31, é gestora de projetos de impacto social, onde alia as formações em administração e direito. Viu no terceiro setor a oportunidade para promoção de justiça e transformação social. Escreve um livro sobre empreendedorismo feminino, a ser lançado em breve pela editora Benvirá.



Muitas mulheres são levadas a empreender de forma compulsória. Elas movimentam uma quantia considerável da economia, mas não têm acesso a aparato técnico nem a crédito



Fabio Tebeira/Folhapress

CECÍLIA MACHADO
professora da Escola Brasileira de Economia e Finanças da FGV

A economista carioca, 39, escolheu a profissão por entender que, a partir do rigor analítico e de dados, é possível desenhar políticas públicas com impactos positivos para a população. Pós-graduada pela Universidade de Columbia (EUA), é colunista da **Folha**.



No Brasil ainda há muito silêncio sobre as licenças familiares e o envolvimento dos pais no compartilhamento das tarefas [domésticas e de cuidado]



Fotos Arquivo Pessoal

RAÍSSA BRITES
influenciadora e autora de "Síndrome da Impostora" (ed. Planeta)

A gaúcha, 34, soma mais de dois milhões de seguidores nas redes sociais e tem se dedicado a ajudar outras mulheres que buscam transformações pessoais. Após passagens como apresentadora na TV Globo e no GNT, hoje trabalha no projeto Transformando Sonhos em Realidade, onde dá cursos e palestras.



A maior dor hoje das mulheres é a falta de uma estrutura familiar compartilhada para elas poderem investir em suas carreiras



No auditório vazio da Folha, a editora de Mercado, Alexa Salomão, faz a mediação do webinar virtual. Foto: Amanda/Folhapress

Artur Búrigo

A política que garante no mínimo quatro meses de licença-maternidade às mulheres empregadas no mercado formal, enquanto concede aos homens o afastamento de apenas cinco dias corridos, reforça o estereótipo de que os cuidados com os filhos são responsabilidade das mulheres e pode dificultar a permanência delas no trabalho.

"A licença-maternidade é a razão número 1 das diferenças de trajetória entre homens e mulheres no trabalho. No Brasil, 40% das mulheres estão fora do mercado formal um ano depois de tirarem a licença" afirma a economista Cecília Machado, professora na Escola Brasileira de Economia e Finanças da FGV e colunista da Folha.

Ela foi uma das participantes do segundo painel do webinar Mulheres no Mercado de Trabalho, promovido pela Folha, com apoio do INW (Instituto Nelson Wilians), na última quinta-feira (4).

Segundo Machado, o Brasil deveria adotar um modelo de licença familiar ou parental que reconheça o compartilhamento da tarefa de cuidar do filho entre



ISABELLE CHRISTINA
analista de negócios em Diversity e Inclusão na Oracle

A paulista, 18, fundou há cinco anos o projeto Meninas Negras, que trabalha educação, empreendedorismo e empoderamento com jovens em situação de vulnerabilidade. Estudante de engenharia da computação, é uma das jovens transformadoras da Ashoka.



Temos que pensar na geração de mulheres que está chegando ao mercado e desenvolvê-la, para termos mais lideranças femininas

pais e mães ao possibilitar a divisão entre eles do tempo de afastamento do trabalho.

"Precisamos pensar como envolver os gêneros de uma forma mais equitativa e equilibrada nos cuidados com os filhos e isso implica também as políticas públicas", diz. "O setor privado pode inclusive considerar algumas características do setor público, que consegue reter os profissionais por mais tempo."

Para os **servidores públicos** federais, a licença-maternidade é de seis meses e a paternidade de 20 dias.

Há ainda no âmbito privado uma modalidade em que empresas participantes de um programa especial do governo oferecem mais dois meses de afastamento para as mães e 20 dias para os pais em troca de desconto tributário. Essa ampliação é facultada ao trabalhador, que pode decidir se aceita ou não.

Um estudo da OIT (Organização Internacional do Trabalho) analisou as informações disponíveis de 169 países e constatou que 66 deles tinham em 2013 alguma concessão de licença parental. Os países nórdicos (Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega e Suécia) são reconhecidos por estarem entre os precursores na adoção dessa política.

Para Isabelle Christina, analista de negócios em diversidade e inclusão na Oracle e jovem transformadora na Ashoka, organização com foco em empreendedores sociais, as mulheres que se tomam mães quando ainda estão dando seus primeiros passos no mercado de trabalho merecem maior atenção das empresas.

"A maior parte das mulheres nesse recorte são negras e de classes sociais mais baixas. As empresas precisam não só incluir essas mães jovens, mas também oferecer benefícios que atendam às suas necessidades", afirma.

Rafa Brites, influenciadora digital e autora do livro "Síndrome da Impostora" (ed. Planeta, 144 págs., R\$ 36,90), conta o relato que recebeu de uma seguidora que explicita a vulnerabilidade de mulheres grávidas que ocupam postos no mercado de trabalho informal.

"Era uma motorista de aplicativo e estava desesperada porque terá o filho em breve e vai perder sua principal fonte de renda. Também recebo muitas mensagens de sobrecarga das mulheres na vida familiar, e isso acontece pelo machismo estrutural e da relação alienada da paternidade no Brasil, onde ainda existe a expressão 'o pai que ajuda'", afirma Brites.

Para a escritora, o que mais afeta as mulheres é a

falta de uma estrutura familiar compartilhada para elas poderem investir em suas carreiras.

"As minhas amigas falam que meu marido é ótimo, porque dá banho e leva nosso filho para a escola, mas digo pra elas que isso não o torna um bom marido, isso faz dele um pai", diz.

Na Microsoft Brasil, o abandono do emprego pelas mulheres após a licença-maternidade também é considerado um problema a ser enfrentado, de acordo com Alessandra Karine, líder de diversidade e inclusão da empresa.

"Temos uma desigualdade de gênero maior nos cargos de liderança. Para combater isso, oferecemos flexibilidade, trabalho remoto, mesmo antes da pandemia", relata Karine, que aponta outras ações da empresa para reverter esse cenário, como a garantia de equidade salarial entre os que ocupam o mesmo posto e a exigência de ao menos uma mulher entre os finais de listas dos processos seletivos.

Uma pesquisa da rede social LinkedIn e da The Female Lead de fevereiro deste ano aponta que praticamente metade (48%) das mulheres afirmam esperar vivenciar um momento em que irão reduzir as expectativas sobre suas carreiras.

Os principais motivos citados por elas são o entendimento de que a sociedade ainda não superou a desigualdade de gênero (37%), o aumento da carga mental causada pela responsabilidade de gerenciar a vida profissional e pessoal (32%) e uma licença-maternidade ou pausa na carreira (21%).

O levantamento entrevistou 2.009 profissionais ativos com idades entre 25 e 55 anos no Brasil.

Para a influenciadora Rafa Brites, a "síndrome da impostora", expressão que dá título ao seu livro, é resultado da falta de representatividade e proporcionalidade das mulheres no mercado de trabalho.

"Para reverter isso, políticas públicas e empresariais são bem-vindas, e uma das principais ferramentas que nós mulheres podemos usar é falar sobre o assunto, inclusive nas entrevistas de trabalho", afirma.

O vídeo com a íntegra dos debates do webinar pode ser acessado em folha.com/mulheresnomercado.

Site: <http://edicaodigital.folha.uol.com.br/>

Aprovada PEC, Senado cobra agora auxílio emergencial



Após a aprovação da PEC Emergencial pelo Senado, na manhã de ontem, o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), afirmou que a Casa legislativa cumpriu o seu papel e que agora aguarda do governo federal o envio do auxílio emergencial.

Pacheco também defendeu discussões sobre a criação de um programa perene de renda mínima para a população vulnerável.

O Senado aprovou em segundo turno nesta manhã a PEC Emergencial, considerada pelo governo federal como fundamental para destravar uma nova rodada do auxílio emergencial. A proposta agora segue para a Câmara dos Deputados.

Medidas importantes O texto aprovado pelos senadores acabou perdendo durante a tramitação algumas medidas consideradas importantes pela equipe econômica. Por outro lado, o relator Márcio Bittar (MDB-AC) manteve as medidas de ajuste fiscal defendidas pelo ministro Paulo Guedes e incluiu um limite de R\$ 44 bilhões a ser destinado para o auxílio emergencial em 2021.

Guedes chegou a dizer a interlocutores que poderia pedir demissão, caso a PEC não fosse aprovada pelo Congresso.

"Fato é que aquilo que nos comprometemos desde o início da nossa gestão como presidente do Senado, de pautar a PEC Emergencial e aprová-la como uma condição de protocolo fiscal necessário para o auxílio emergencial foi cumprida pelo Senado", afirmou Pacheco, logo após deixar a sessão.

O presidente do Senado esteve reunido no dia anterior com o ministro da Secretaria de Governo, Luiz

Eduardo Ramos, com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) e lideranças no Congresso.

Ramos assistiu à sessão nesta quinta dentro do plenário.

Sem data Questionado, Pacheco disse que ainda não há uma definição sobre a data do envio da proposta de auxílio emergencial pelo governo, mas que agora aguarda a movimentação do governo.

"Agora de fato aguardamos, tanto a aprovação da PEC pela Câmara dos Deputados quanto a apresentação por parte do governo do auxílio emergencial que tanto almejamos", afirmou.

Pacheco já defendeu anteriormente que a proposta de auxílio fosse encaminhada pelo governo após a aprovação da PEC Emergencial no Senado - antes, portanto, da tramitação na Câmara dos Deputados.

O presidente do Senado também afirmou que o Congresso pode contribuir na formatação do valor da nova rodada do auxílio emergencial, assim como havia feito no ano passado. Mas ressaltou que isso vai acontecer dentro da responsabilidade fiscal.

"Dentro da responsabilidade fiscal, das limitações agora impostas pela PEC, obviamente, o objetivo do Congresso Nacional é sempre ter o valor mais digno possível para as pessoas", afirmou.

O senador mineiro também defendeu a discussão de um programa social perene.

SAIBA MAIS

» O governo já havia conseguido, no dia anterior, barrar tentativas de barrar o "fatiamento" da PEC, o que significaria apenas votar uma cláusula de calamidade - para viabilizar o auxílio - deixando o ajuste fiscal para discussões futuras.

» Paulo Guedes divulgou ontem um vídeo onde, juntamente com o senador Márcio Bittar (MDB-AC), relator da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) Emergencial, comemora a aprovação do texto pelo Senado.

» "A PEC é um compromisso com a saúde do povo e

com a responsabilidade fiscal.

Agradeço ao presidente Bolsonaro, que, no momento decisivo, sempre nos apoia", afirmou.

Aprovado com boa folga

"Uma vez aprovada a PEC Emergencial, que viabiliza o auxílio emergencial, nós temos agora que começar a discutir de maneira muito firme e segura a possibilidade da perenização de um programa social no Brasil, de renda mínima, renda cidadã, que possa dar dignidade a essa camada social que precisará desse alento do Estado até que nós possamos ter uma recuperação plena da economia para gerar emprego", afirmou o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco.

A PEC Emergencial foi aprovada com certa folga pelo plenário, após a desistência do governo de alguns de seus principais pontos, como a desvinculação dos gastos constitucionais com saúde e educação.

Bittar também recuou no corte nos repasses do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para o BNDES, atendendo a pedidos de diversos partidos, inclusive da base do governo.

A versão original da PEC, apresentada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, previa gatilhos mais duros a serem acionados temporariamente em caso de aperto nas contas públicas, como corte de jornada (e de salário) de **servidores públicos** em até 25% e redução de pelo menos 20% dos cargos de confiança.

O relatório final, por outro lado, manteve a desvinculação de receitas para atividades de administração tributária.

Isso poderá enfraquecer o funcionamento e a autonomia dos órgãos de fiscalização tributária no âmbito da **Receita Federal** e dos demais entes federados, segundo auditores fiscais.

Nesta quinta-feira, o governo correu o risco de a oposição derrubar o teto de R\$ 44 bilhões para os gastos com o auxílio emergencial neste ano, mas o destaque que previa essa medida acabou derrubado.

Site: https://cdn-acervo.sflip.com.br/temp_site/edicao-2c6013eae59ce171ddbcbd7a0a0becef.pdf

Avanço da reforma tributária sofre atrasos

Thiago Resende e Danielle Brant

Apresentado pela nova cúpula do Congresso logo após as eleições de 1º de fevereiro, o cronograma para aprovar a **reforma tributária** até outubro já começou atrasado.

A expectativa dos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), era a de que o relatório da reforma fosse apresentado até o fim de fevereiro. No entanto, ainda não há previsão para esta etapa inicial. O relator, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), ainda está em negociação com partidos.

No início de fevereiro, Lira e Pacheco definiram um cronograma para a **reforma tributária**. Ficou estabelecido que a apresentação do relatório da comissão mista ocorreria até o final do mês passado. Ambos dizem acreditar que a reforma seja aprovada em definitivo no Congresso entre agosto e outubro.

Apesar de o cronograma dar celeridade à reforma, integrantes do Ministério da Economia ainda estão receosos em relação à proposta a ser votada. Isso porque as mudanças dependem das negociações, inclusive políticas, e dos acordos no relatório de Ribeiro.

Para harmonizar conceitos no texto, o relator fez uma série de reuniões com integrantes do governo em dezembro. As novas gestões do Congresso e as mudanças nas lideranças par tidárias, no entanto, diminuíram o ritmo das conversas em torno do relatório final

Nesta semana, Ribeiro deve se reunir com Lira e Pacheco para elaborar um novo calendário. O encontro também servirá para que ambos se familiarizem com o texto.

A avaliação de técnicos da Economia é que a **reforma tributária** defendida por líderes da Câmara pode resultar numa alíquota de imposto único (sobre o consumo) muito elevada e que produziria efeitos na economia apenas no futuro.

Apesar dos rumores na Câmara, pela proximidade de Ribeiro com o ex-presidente Rodrigo Maia (DEM-RJ), Lira manteve o deputado na relatoria da proposta. O governo esperava que, com a eleição de Lira, o ambiente se tornasse mais favorável para que as propostas do ministro Paulo Guedes (Economia)

pudessem prevalecer.

Além do projeto de Guedes para fundir PIS e Cofins na nova CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), a comissão da **reforma tributária** analisa duas PECs (propostas de emenda à Constituição). Os dois textos trazem propostas mais amplas que o texto do governo.

Uma delas é a PEC 45, da Câmara, que funde cinco **impostos** (PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS) em um só (o Imposto sobre Bens e Serviços, o IBS) e cria um imposto seletivo para produtos específicos como cigarros e bebidas alcoólicas.

A PEC 110, do Senado, é ainda mais abrangente ao fundir, além daqueles previstos na PEC 45, IOF, Salário-Educação e Cide -Combustíveis (a proposta também cria o imposto seletivo sobre cigarros e outros produtos).

Para conseguir apoio, inclusive da oposição, Ribeiro estuda incluir um dispositivo para que uma lei crie uma cobrança de Imposto de Renda sobre a distribuição de lucros e dividendos. A medida reduz a resistência dos partidos de esquerda, mas só valeria após a aprovação de outro projeto de lei.

A reforma não deve trazer a criação de um imposto nos moldes da CPMF, como defende Guedes. O projeto defendido por líderes da Câmara estabelece a junção de IPI, ICMS, ISS, Cofins e PIS, e com uma transição mais lenta que o desejado pelo governo.

Esse modelo reúne **tributos** federais, estaduais (ICMS) e municipais (ISS). O imposto, resultado da fusão, seria chamado IBS (imposto sobre bens e serviços). Também está em discussão um tratamento diferenciado no IBS para os setores de saúde, educação e transportes.

Até hoje, Guedes enviou apenas a primeira fase da proposta de **reforma tributária** defendida por ele -a que funde PIS e Cofins na chamada CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços).

A proposta do ministro estabelece que a fusão ocorra seis meses após a aprovação da lei.

A avaliação é que o governo já colocou na mesa as sugestões de Guedes, que, mesmo sem formalizar as ideias em projetos ao Congresso, tem repetido o formato de sua re -forma tributária há meses. Esse modelo também já foi discutido em reuniões entre a

equipe econômica e o relator.

Além da CBS, o governo tem conversado com técnicos do Congresso que tratam da **reforma tributária** para traçar uma estratégia para as outras fases do projeto de Guedes.

O Ministério da Economia defende que a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) relatada por Aguinaldo traga mudanças alinhadas com o governo: por exemplo, que o IPI seja reformulado de modo a ter uma alíquota única para todos os setores. Hoje, a cobrança varia de acordo com o tipo de atividade da empresa.

Em relação ao Imposto de Renda (IR), o plano da equipe econômica ainda é cortar deduções, como as médicas, pois, segundo o governo, esse mecanismo reforça a desigualdade social no país.

Na cobrança de IR sobre a distribuição de lucros e dividendos, a equipe de Guedes defende uma alíquota de 20%. Isso viabilizaria um corte de aproximadamente cinco pontos percentuais no IR cobrado de empresas, que pode chegar a 25%.

Site: <http://edicaodigital.folha.uol.com.br/>

A Reforma Tributária Ideal para uma economia pós-pandemia (2)

MARIA DO CARMO ALVES

No início desta semana, a **Reforma Tributária** retornou à pauta de prioridades na agenda brasileira. Encaminhada no ano passado, quando chegou a ser criada uma comissão mista formada pelas duas casas legislativas federais para analisar as propostas existentes, foi atropelada pela pandemia, que exigiu apreciações emergentes para atravessarmos a crise sanitária, social e econômica que se apresentava.

Retomado o ano legislativo e depois de um mês intenso de votações direcionadas para a ampliação do acesso às vacinas, garantia de uma imunização nacional contra covid e retomo urgentíssimo do auxílio emergencial, volta à ordem do dia a **Reforma Tributária**, cujo alcance pode vir a ser extremamente importante para criar um novo cenário nacional.

O Brasil tem uma estrutura tributária complexa, obsoleta e que promove a desigualdade. Essa estrutura também é muito dispendiosa para o setor produtivo e um grande empecilho à competitividade nacional. Onera a folha de pagamento, em um momento em que assinalamos índices históricos de desemprego, e induz à sonegação, privando o Estado de valores que deveriam ser revertidos para a prestação do serviço público.

Além de uma simplificação imediata dos **tributos**, poderemos direcionar a **Reforma Tributária** para dar ânimo à economia brasileira. A Reforma pode atuar como um novo fôlego para as empresas e servir como uma balança para melhor equalizar as desigualdades sociais que se agigantaram com a pandemia.

Uma diminuição na incidência de **tributos** sobre o consumo, que acaba sendo igualmente pago por ricos e pobres e desrespeita o preceito constitucional que determina a cobrança de **impostos** de acordo com a capacidade econômica do contribuinte, pode representar o próprio aumento do consumo nas camadas mais baixas da pirâmide social, trazendo um aquecimento econômico importante nesse momento.

A tributação sobre o patrimônio, através do IPTU e IPVA, e uma maior distribuição de faixas de tributação sobre a renda, também podem ser usados como instrumentos para diminuir a desigualdade, aliviando o peso sobre os mais pobres para criar um equilíbrio

tributário.

Resta-nos torcer que possa prevalecer uma Reforma que desafogue a economia, que traga um novo fôlego às empresas brasileiras e que priorize a redução das desigualdades, o equilíbrio na contribuição e que não penalize o Estado em sua capacidade de oferecer serviços públicos com qualidade à população.

* Senadora da República

Site:

<http://digital.maven.com.br/pub/correiodesergipe/index.jsp?serviceCode=login&edicao=114315>

A urgência urgentíssima (3)

O recrudescimento da pandemia do novo coronavírus, que atinge seu momento mais dramático no Brasil, com recorde de casos e mortes, agora ocorrendo a cada minuto, expõe ainda mais a necessidade da aplicação em massa de vacinas, para um combate efetivo à tragédia que assola o país. A covid-19 avança em ritmo preocupante, enquanto a vacinação segue a passo lento. E é preciso que seja logo acelerada, para proteger, prioritariamente, a parcela da população acima dos 60 anos, a mais atingida e vítima de cerca de 80% dos óbitos.

A doença passou a se espalhar mais rapidamente na esteira das aglomerações da virada do ano e do carnaval e do surgimento de variantes do vírus com maior capacidade de transmissão, uma delas no Amazonas. O resultado é a superlotação de hospitais e o colapso em sua capacidade de atendimento na maioria dos estados brasileiros, chegando ao ponto crítico em alguns locais de pessoas morrendo na fila à espera de uma vaga em unidades de terapia intensiva.

Daí a necessidade de, a despeito dos atrasos no planejamento e na busca dos imunizantes, deixar de lado diferenças políticas e ideológicas e unir esforços de todo o poder público para apressar a compra e a produção no prazo mais breve possível do maior número de vacinas. E, com o mesmo empenho, aplicá-las com a urgência que se impõe.

Aos que defendem que a crise econômica tenha a mesma atenção que a de saúde pública, é preciso ressaltar que o avanço descontrolado da pandemia está levando à restrição da circulação de pessoas e do funcionamento do comércio e serviços em centenas de cidades, para tentar desafogar os hospitais. E as consequências serão, certamente, graves para a economia, podendo levar a novo tombo histórico do Produto Interno Bruto (**PIB**), como o recuo de 4,1% registrado em 2020, conforme divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na última quarta-feira.

De fato, a economia só vai se recuperar e voltar a crescer quando a pandemia for controlada e todos puderem voltar a circular a exercer suas atividades com segurança, sem risco de infecção. E tal segurança só será alcançada com a vacinação em massa da população.

Assim como outro setor duramente penalizado, o da educação - sobretudo no que diz respeito aos estudantes mais pobres e com menos acesso aos

recursos da comunicação virtual -, que depende da imunização para que as escolas possam voltar a funcionar normalmente, com aulas presenciais que não representem perigo para professores, funcionários, alunos e seus familiares.

Compra de mansão de R\$ 6 mi por Flávio tem perguntas sem respostas

Constança Rezende e Larissa Garcia - Brasília

A compra de uma mansão por R\$6 milhões pelo senador Flávio Bolsonaro (Re-publicanos-RJ), em área nobre de Brasília, levantou questões sobre a origem do dinheiro da transação e as taxas praticadas no financiamento.

A compra foi revelada pelo site O Antagonista. A Folha obteve no cartório de Brazlândia (DF), na última terça-feira (2), a íntegra da escritura registrada de compra e venda do imóvel, com todos os detalhes da transação, incluindo a renda do casal e as parcelas.

Segundo o documento, o parlamentar financiou R\$ 3,1 milhões, liberados pelo BRB (Banco de Brasília), comandado por Ibaneis Rocha (MDB), um aliado de Jair Bolsonaro (sem partido). Já a parcela inicial do financiamento equivale a mais da metade da renda declarada do casal.

O negócio foi concretizado às vésperas de Flávio ser beneficiado por uma decisão do STJ (Superior Tribunal de Justiça) que anulou as quebras de sigilo bancário e fiscal da investigação conduzida pelo Ministério Público do Rio de Janeiro do caso das "rachadinhas". A Promotoria apontou que as operações de compra e venda de dois imóveis por Flávio foram usadas para lavagem de dinheiro.

*

Quanto o senador pagou pela mansão?

O imóvel foi vendido a Flávio por R\$ 5,97 milhões, segundo certidão do 1º Ofício do Registro de Imóveis do DF. Pouco mais da metade (R\$ 3,1 milhões) foi financiada pelo BRB (Banco de Brasília). Parte do restante, segundo o vendedor, foi pago por meio de transferências bancárias e uma parte ainda está pendente

Qual O valor da prestação?

Segundo o contrato de compra e venda do imóvel, registrado em Brazlândia, cidade satélite do Distrito Federal a 45km de Brasília, a prestação inicial assumida pelo parlamentar e por sua mulher é de R\$ 18.744,16. O saldo devedor é corrigido mensalmente pela **inflação**, por isso, o valor da parcela flutua de

acordo com a variação do índice. O sistema escolhido foi o SAC (Sistema de Amortização Constante), com prestações mais altas no início e que diminuem progressivamente. O prazo para a compra do imóvel foi de 360 meses (30 anos)

A renda do casal é compatível com o total financiado?

A Folha revelou, com base na escritura do imóvel, que a prestação compromete 50% da renda do casal. Juntos, segundo o documento, eles comprovaram renda de R\$ 36.95768. Ele declarou ganhar R\$ 28.30768 e ela, R\$8.650.

As rendas, somadas, são menores que a mínima exigida pelo BRB para contratação de financiamento nessas condições. Segundo simulador disponível no site da instituição, nessa linha, o tomador precisaria ganhar pelo menos R\$ 46.401,25. A parcela inicial do financiamento equivale a mais da metade da renda declarada do casal

Qual a taxa de juros cobrada pelo BRB?

Segundo a escritura, o senador optou pela taxa reduzida de 3,65% ao ano mais **inflação** medida pelo IPCA (índice de Preços ao Consumidor Amplo). Na certidão de ônus do imóvel, no entanto, consta apenas a parte fixa dos juros. Para ter a taxa reduzida, o senador precisou fazer a portabilidade de salário para o BRB e contratar produtos como cheque especial e cartão de crédito. A taxa efetiva, após acréscimo de encargos, é de 3,71%. Caso ele desista dos produtos financeiros da instituição no meio do contrato, ele precisará pagar "taxa de balcão" que é de 4,75%, disponível para quem não é cliente do banco Como foi feito

O pagamento ao antigo proprietário do imóvel?

A Folha revelou que Flávio ainda deve R\$ 1,8 milhão pelo imóvel, apesar de a escritura dizer que o vendedor teria recebido o valor integral da entrada. Primeiro, o empresário Juscelino Sarkis, da RVA Construções e Incorporações -empresa que vendeu o imóvel-, disse que Flávio fez duas transferências para pagamento da entrada.

Depois, em nota, a empresa afirmou que foram três transferências, no total de R\$ 4,2 milhões. Apesar dos

valores pendentes, a transação foi registrada em cartório em 29 de janeiro. Na escritura, é informado que "o(s) outorgante(s) vendedor(es) declara(m) já haver recebido do(s) outorgado(s) comprador(es) e devedor(es) fiduciante(s) o valor relativo à parcela dos recursos próprios"

O imóvel está no nome de quem?

A mansão está no nome do senador e de sua mulher, a dentista Fernanda Bolsonaro. Eles são casados em regime de comunhão parcial de bens

Qual a origem do dinheiro?

O senador alegou ter usado recursos próprios na transação, decorrentes da venda de um imóvel na Barra da Tijuca, no Rio, e de uma franquias para pagar a entrada da mansão. "Eu vendi um imóvel que eu tinha no Rio de Janeiro, vendi uma franquias que eu também possuía no Rio de Janeiro e dei entrada em uma casa aqui em Brasília", afirmou, referindo-se ao imóvel da Barra e à franquias de uma loja de chocolates que tinha em um shopping

Onde fica a mansão?

O imóvel fica no Setor de Mansões Dom Bosco, no Lago Sul, bairro nobre da capital federal. Ela tem 1.100 metros quadrados de área construída, em um terreno de 2.500 m2.0 site Antagonista, que revelou a transação, reproduziu o conteúdo do anúncio do imóvel, recentemente tirado do ar. Um trecho dizia: "No piso superior, sala e copas íntimas, uma brinquedoteca, quatro suítes amplas, sendo a máster com hidromassagem para o casal, closete academia"

Houve reação à compra?

Partidos de oposição no Congresso protocolaram ofício na quarta-feira (3) solicitando abertura de processo contra Flávio no Conselho de Ética do Senado. O pedido foi protocolado por PSOL, Rede e PT e cobra que o colegiado abra processo contra Flávio por quebra de decoro parlamentar.

A mansão em Brasília é o 20º imóvel que Flávio adquire em 16 anos-considerando um andar com 12 salas comerciais de que foi proprietário. A intensa atividade imobiliária do senador foi revelada pela Folha em 2018. Na denúncia oferecida contra o senador no caso das "rachadinhas" o MP-RJ apontou que as operações de compra e venda de dois imóveis foram usadas para lavagem de dinheiro

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=494>

59



Cartório Allan Guerra
Tabelião: Allan Nunes Guerra
4.º Ofício de Notas, Protesto de Títulos, Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas do Distrito Federal
AE 4 - Conjunto B - Lote 2 - Setor Tradicional - CEP 72.720-640 - Brazlândia - DF
CNPJ: [REDACTED] - Fone / Fax: [REDACTED] - www.cartoriobrazlandia.com.br

Prot: **021452** Livro: **0509** Folha: **100**

A - PRESTAÇÃO (A+J): R\$ 20.881,94 (vinte mil oitocentos e oitenta e um reais e noventa e quatro centavos); B - PRÊMIOS DE SEGURO: DFI R\$ 17835, MIP: R\$ 525,54; C - TMA (Tarifa de Manutenção e Administração) R\$ 0,00; D - PRESTAÇÃO TOTAL: R\$ 21.585,83 (vinte e um mil quinhentos e oitenta e cinco reais e oitenta e três centavos). **5.2 TAXA DE JUROS REDUZIDA:** A - PRESTAÇÃO (A+J): R\$ 18.040,27 (dezoito mil quarenta reais e vinte e sete centavos); B - PRÊMIOS DE SEGURO: DFI R\$ 178,35, MIP: R\$ 525,54; C - TMA (Tarifa de Manutenção e Administração) R\$ 0,00; D - PRESTAÇÃO TOTAL: R\$ 18.744,16

Reprodução

Flávio em reunião na Comissão de Meio Ambiente do Senado; ao lado, fac-símile da escritura do imóvel com valores da transação

Inadimplência deve aumentar com auxílio menor e desemprego elevado

Isabela Bolzani

A redução do auxílio emergencial e o alto nível de desemprego no país devem levar a um aumento do número de calotes de pessoas físicas neste ano, afirmam executivos de bancos e birôs de crédito.

Os grandes bancos de capital aberto (Banco do Brasil, Bradesco, Itaú e Santander) já reservaram mais de R\$ 93 bilhões em provisões em 2020, um aumento de 52,9% em relação ao observado no ano anterior, como forma de se precaver diante desse cenário.

"Já existem sinais de alta da inadimplência. Um aumento [de atrasos] de 15 a 90 dias vai começar a impactar o índice nos próximos trimestres. Mas temos uma visão tranquila quanto a esse aumento porque ele já estava nos nossos radares", afirmou o presidente do Bradesco, Octavio de Lazari, em entrevista a jornalistas em fevereiro para comentar os resultados do banco.

"Ainda é difícil de projetar, há um grau de incerteza muito alto. Mas acredito que o pico da inadimplência se dará no quarto trimestre deste ano ou nos primeiros três meses de 2022. Ainda assim, acontecerá em patamares muito menores do que já vimos no passado", afirmou o atual presidente do Itaú Unibanco, Milton Maluhy Filho, também em teleconferência de resultados.

Segundo o economista da Boa Vista, Flavio Calife, a expectativa é que os primeiros sinais de um aumento dos calotes sejam sentidos entre março, abril e maio, momento em que o fim do auxílio emergencial do ano passado começará a pesar no orçamento familiar.

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) declarou que o benefício deve ser retomado, mas com valores menores (entre R\$ 150 e R\$ 350). A princípio, a promessa era de que eles voltassem em março, mas atraso na aprovação da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) Emergencial, aprovada no Senado na semana passada, deve levar a uma revisão do cronograma.

A demora de três meses entre o fim dos pagamentos do auxílio emergencial, em dezembro, e o começo da alta nos calotes acontece porque a dívida só é considerada inadimplente depois de 90 dias. Antes

desse prazo, os credores consideram o débito como atrasado e tentam, por conta própria ou pela contratação de terceiros, reaver o pagamento via cobrança.

"Talvez já no final de março começaremos a sentir um aumento de dívidas não pagas por parte dos consumidores. Muita gente aproveitou para consumir bens duráveis de maneira parcelada, usando o auxílio para pagar. Agora, além da extinção do benefício que já deixa a renda mais baixa, essa conta também começa a pesar no orçamento", afirmou Calife.

Já em dezembro, dados de entidades que representam montadoras e distribuidoras de veículos apontaram que o benefício fez diferença na venda de carros, motos e caminhões em 2020, principalmente nas regiões Norte e Nordeste.

"A fragilidade financeira de chefe da Acrefi (Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento), Nicola Xingas.

O momento ainda casa com as contas características de início de ano -como IPTU (Imposto Predial e Territorial e Urbano) e IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores)- e com um alto índice de desemprego no país.

Dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) apontam que o desemprego alcançou 13,4 milhões de pessoas considerando todo o ano de 2020.

O movimento, somado a um cenário de taxa básica de juros maior, pode aumentar os spreads bancários (diferença entre a taxa de captação e de empréstimos) e elevar o custo do crédito na ponta, para pessoas físicas e jurídicas.

"A possibilidade de um aumento de calotes existe, mas não necessariamente diz respeito a uma inadimplência represada. Houve renegociações e postergações de crédito ao longo de 2020 e tudo isso se encaixou em uma nova esteira de pagamentos", afirmou o presidente do SPC Brasil (Serviço de Proteção ao Crédito), Roque Pelúzzaro Junior.

No início da pandemia, os bancos prorrogaram o prazo de pagamento de dívidas de empresas e pessoas físicas. A ação, junto a medidas como o auxílio e o

lançamento de créditos com garantia do Tesouro, melhorou a condição de pagamento de devedores, impedindo uma explosão de novos atrasos e levando a inadimplência para níveis historicamente baixos.

O último relatório de crédito do Banco Central, divulgado no final de fevereiro, apontou que o índice de calotes total do sistema financeiro ficou em 2,1% em janeiro -0,8 ponto percentual menor do que o registrado em igual mês de 2020 e o menor patamar da série histórica.

O mesmo acontece nos níveis de inadimplência para pessoas físicas e jurídicas, que ficaram em 2,9% e 1,2% em janeiro, respectivamente, também os menores níveis da história para a categoria.

A inadimplência das empresas, por sua vez, tende a ficar mais para frente, uma vez que os créditos tomados ao longo de 2020 tinham período de carência.

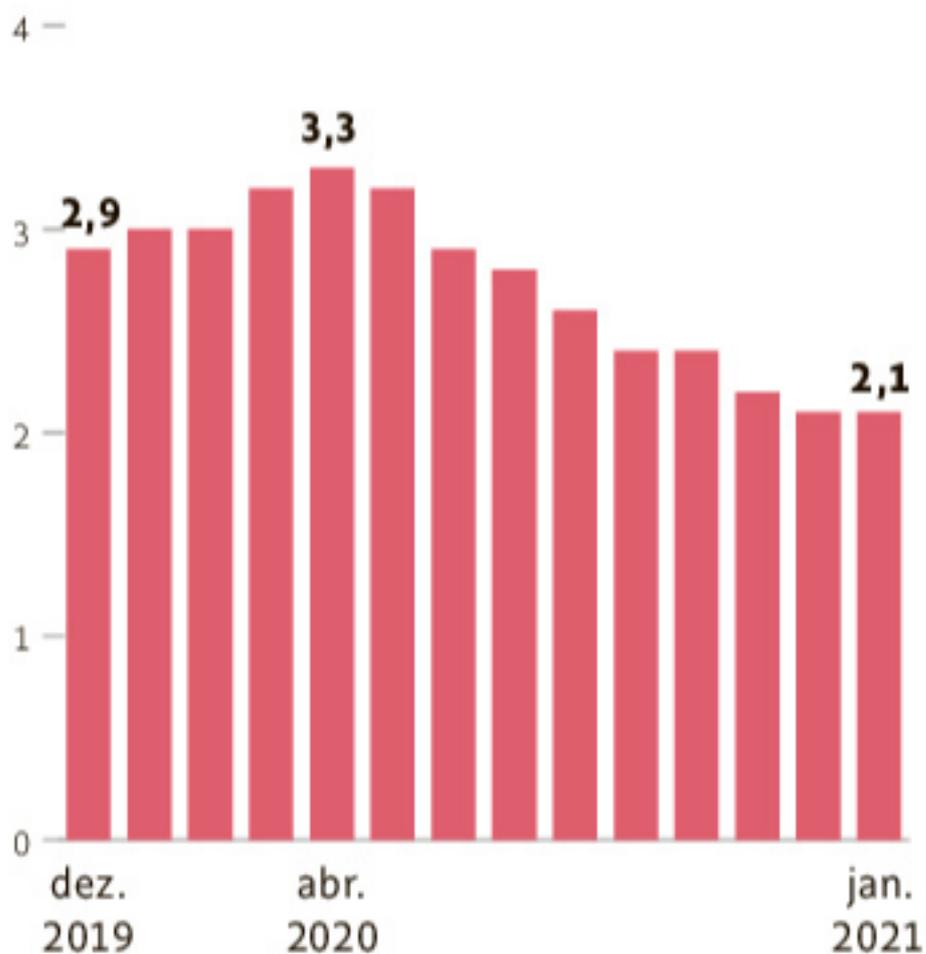
Assim, para pessoas jurídicas, a expectativa dos especialistas é que o efeito nas pessoas jurídicas comece a ser sentido no final de 2021 e início de 2022.

O estoque total de crédito no Brasil, segundo o BC, ficou estável em janeiro na comparação com dezembro, em R\$ 4,020 trilhões, equivalente a 54,1% do **PIB** (Produto Interno Bruto).

Site: <http://edicaodigital.folha.uol.com.br/>

Medidas emergenciais do governo impediram explosão de inadimplência em 2020

Índice de inadimplência total do sistema financeiro, em %



Fonte: Banco Central

País se despede de Selic a 2% após efeito limitado na dívida

Fabio Pupo e Larissa Garcia

O país começa a se despedir da taxa básica de juros (a Selic) de 2% ao ano após o mínimo histórico gerar um efeito limitado na redução do custo da dívida pública. O principal fator mencionado pelos analistas é a percepção de risco fiscal.

Apesar de contribuir para menores despesas com juros, o corte da Selic no governo de Jair Bolsonaro (sem partido) não gerou um efeito tão forte na dívida como na gestão do então presidente Michel **Temer** (MDB) -entre maio de 2016 e dezembro de 2018.

A Selic caiu para menos da metade do valor original durante o governo **Temer** (de 14,25% para 6,5%), enquanto o custo médio da dívida pública federal mostrou retração de 4,39 pontos percentuais (para 9,86% ao ano). Já Bolsonaro viu a Selic cair para menos de um terço do valor original em seu governo (de 6,5% para 2%), mas o custo da dívida caiu apenas 1,57 ponto percentual (para 8,29% ao ano em janeiro).

Mesmo que a análise sobre os números de **Temer** considerasse apenas os dois últimos anos de governo do emedebista (para haver um período igual de comparação), o corte sobre o custo a dívida também seria mais forte. A criação do teto de gastos (em vigor desde o começo de 2017) foi crucial para a queda desde 2016, segundo análises frequentes do Ministério da Economia.

Thomaz Sarquis, economista da casa de análises Eleven Financial, afirma que o grande limitador para a redução do custo da dívida tem sido a percepção de risco sobre as contas públicas e a consequente cobrança de taxas elevadas por investidores para emprestar ao país.

"O fiscal é determinante para o mercado falar "Pouco importa a Selic agora, não vou comprar título brasileiro a preço de banana". O investidor reage às mudanças de humor e risco-país", afirma. "Não adianta forçar uma Selic a uma taxa excessivamente baixa e esperar que isso vá se materializar [proporcionalmente] no custo da dívida", diz.

Sarquis aponta que a redução da Selic ainda provocou como efeito colateral o encurtamento dos vencimentos da dívida pública, refletindo o descasamento da taxa

com as expectativas dos investidores. "Quando o mercado vê um juro incompatível, ele não compra por muito tempo; mas se for menos tempo, aceita", diz.

Isso também fez a chamada curva de juros se tornar uma das mais inclinadas do mundo -com juros curtos mais baixos e longos mais elevados.

O Tesouro Nacional afirma que está entre os fatores para a elevação da curva de juros a percepção de risco fiscal, impulsionada pela magnitude dos gastos públicos para enfrentar a pandemia e seus efeitos.

Era projetada uma necessidade de R\$ 376,3 bilhões em recursos com financiamento da dívida no início de 2020. Após a chegada da Covid, esse volume saltou para R\$ 623,8 bilhões.

Uma pressão adicional nas taxas foi criada a partir de discussões entre governo e aliados sobre medidas interpretadas pelo mercado como dribles no teto de gastos, além do debate sobre o auxílio emergencial. Também elevaram os juros no último mês iniciativas recentes do Executivo que desagradaram o mercado, como a troca de comando na Petrobras e as críticas de Bolsonaro à política de preços da estatal.

Fernando Ribeiro Leite, professor do Insper, diz que o controle das contas públicas é um fator determinante para uma queda mais perene da dívida. "É um número [da Selic] historicamente baixo, então era de se esperar uma queda mais forte. De maneira geral, o custo da dívida vai estar associado com percepção sobre o fiscal", diz.

Neste ano, as incertezas dos investidores continuam. O CDS (Credit Default Swap, indicador de risco) do Brasil de 5 anos tem tido performance pior que os pares emergentes, principalmente em função das preocupações sobre a trajetória fiscal e o ritmo da agenda de reformas.

Enquanto Peru, Colômbia, México e Chile mostraram retração no CDS nas últimas semanas, o Brasil foi na contramão do movimento e viu seu indicador subir de 174 pontos no fim de janeiro para 181 pontos até meados de fevereiro.

Além do risco fiscal, Leite lembra também que o impacto da Selic na dívida é tradicionalmente limitado

pela composição dos indexadores.

Site: <http://edicaodigital.folha.uol.com.br/>

Os dados de janeiro do Tesouro mostram que 35% do estoque é indexado diretamente à Selic, enquanto outros 26% são indexados a índices de **inflação** - principalmente o IPCA (índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo). O indicador subiu de 3,75% em dezembro de 2018 para 4,52% ao ano ao fim de 2020, aumentando o custo com os títulos.

Em menor parte, também há uma fatia da dívida atrelada ao IGP-M (índice Geral de Preços do Mercado), indicador que escalou de 7,14% ao fim de 2018 para 23,14% ao ano ao fim de 2020.

Juliana Damasceno, especialista em finanças públicas da FGV (Fundação Getulio Vargas), afirma que o Tesouro tem um percentual residual de títulos indexados ao IGP--M, que pararam de ser emitidos em 2006, mas que ainda influenciam no custo.

"No IGP-M temos um efeito muito maior da alta do dólar, especialmente em maquinários [ao produtor]. Considero que seja um repasse indireto ao custo da dívida", diz.

O percentual restante é sobretudo de papéis prefixados (34%), que têm remuneração estável - não estão diretamente relacionados às variações dos indicadores, embora tenham taxas mais caras ao serem emitidos em momentos de maior risco.

A **inflação** tende a elevar ainda mais os custos da dívida até a metade do ano, já que a expectativa oficial é que o IPCA chegue à casa de 7% até junho (para depois descer, conforme as expectativas).

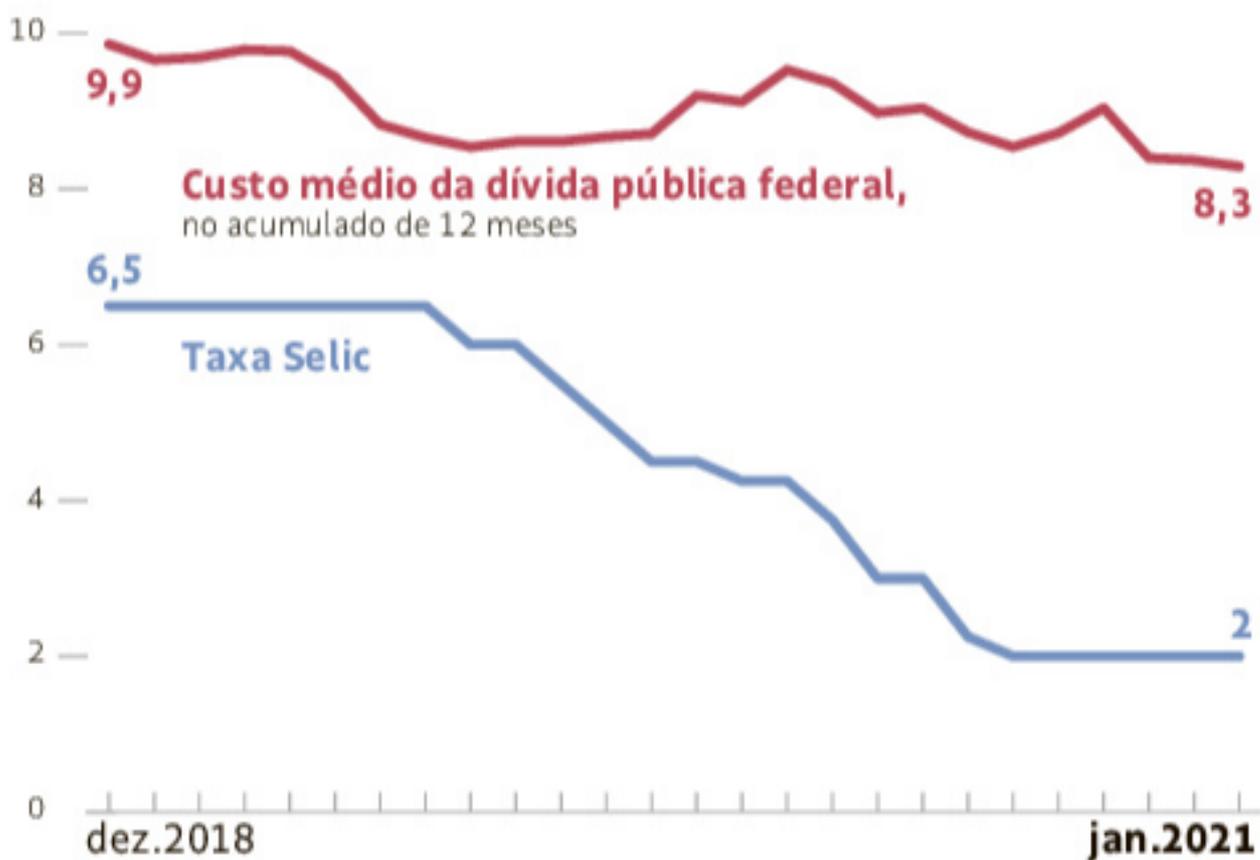
Além disso, haverá o próprio aumento da Selic. Já é praticamente consenso entre os analistas que a taxa básica vai aumentar em 2021, e não se sabe quando ou se o patamar de 2% será visto novamente.

Parte dos analistas prevê que o Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central eleve a taxa já na reunião de 17 de março, mas há também apostas de que o aperto começará apenas em maio.

O presidente do BC, Roberto Campos Neto, disse diversas vezes que voltar para um cenário de juros altos com a dívida no patamar atual custaria caro ao país. A dívida bruta alcançou 89,7% do **PIB** (Produto Interno Bruto) em janeiro (em dezembro de 2019, estava em 74,26%). "A dívida nominal muito grande com taxas de juros muito baixas gera risco maior", destacou. "O mundo começa a melhorar, os juros sobem e criam um efeito pobreza tão grande que cancela o crescimento antes de ele nascer. Podemos entrar em um círculo vicioso nesse sentido", afirmou.

Custo da dívida pública

Em % ao ano



Fontes: Tesouro e BC

Falta destravar o País (3)

Passado o desastre de 2020, o Brasil continua condenado a um crescimento econômico medíocre, ou menos que medíocre, simplesmente porque o seu potencial produtivo é pífio. Disso, pelo menos, o coronavírus é inocente. Só há crescimento seguro e duradouro com investimento produtivo - e nisso o País vem falhando, de forma assustadora, há muito tempo. O total investido em máquinas, equipamentos e obras só ultrapassou 20% do Produto Interno Bruto (**PIB**) em 4 dos 21 anos decorridos desde janeiro de 2000. A maior taxa foi 20,9%, em 2013.

A menor, 14,6%, ocorreu em 2017. A média anual na Ásia emergente tem ficado em torno de 35%.

Em 11 anos, nesse longo período, governo e setor privado destinaram a esse tipo de aplicação somas inferiores a 18% do **PIB**. O pior desempenho, nesse quesito, tem sido normalmente do setor público, nos três níveis de governo. O Brasil tem fracassado, há muito tempo, na formação bruta de capital fixo, expressão usada no jargão dos economistas para designar o investimento gerador de ativos físicos.

Isso condena o País a ser menos eficiente que os competidores, mais empenhados em fortalecer a produtividade e o poder de competição. A agropecuária brasileira é uma das mais eficientes do mundo, mas parte dessa vantagem desaparece quando os produtos são levados para fora da porteira.

Os produtores dependem excessivamente do transporte rodoviário e, além disso, o sistema de rodovias é insuficiente, a qualidade das estradas é em grande parte insatisfatória e falta manutenção. Perdas podem ocorrer no transporte às cidades ou aos portos e os custos são aumentados.

Mas as falhas de infraestrutura são mais amplas. Nos últimos anos, sistemas de transmissão incompletos impediram o aproveitamento de energia gerada a partir de grandes investimentos, mas esse é só um exemplo do planejamento deficiente.

Além disso, também a má execução inutiliza bilhões aplicados em construções.

No fim de 2019 o Tribunal de Contas da União (TCU) apontou 14.403 obras inacabadas - de fato, paralisadas, na maior parte. Os trabalhos foram interrompidos por vários motivos - falhas de planejamento, problemas de execução, escândalos e, em alguns casos, decisões judiciais.

O TCU chegou a publicar um Mapa de Obras Paradas.

Segundo cálculo divulgado em outubro por uma comissão da Câmara dos Deputados, seriam necessários R\$ 40 bilhões para a conclusão de obras federais, estaduais e municipais. Entre os investimentos parados estavam a construção da usina nuclear Angra 3, a transposição do Rio São Francisco e a Ferrovia Norte-Sul.

Um cálculo mais completo apontaria perdas muito grandes causadas pela execução deficiente desses programas.

Além do desperdício do dinheiro já aplicado em obras sem conclusão, seria preciso levar em conta o desgaste de construções abandonadas por muito tempo.

Com os atrasos, com o superfaturamento e com o desgaste das construções paralisadas, criou-se um vácuo entre os valores contabilizados como formação bruta de capital fixo e os benefícios esperados desses investimentos.

Se realizado corretamente, o investimento registrado já seria insuficiente para proporcionar ganhos de produtividade comparáveis àqueles obtidos em outros países. A tudo isso seria preciso somar a escassa formação de capital humano pelo sistema educacional.

Por isso, e por outras falhas de política, o crescimento brasileiro foi comparativamente modesto nos últimos 21 anos.

Só em um terço desse período o aumento anual do **PIB** superou 3,5%, num desempenho vergonhoso para um grande país emergente. Em quatro anos a variação foi negativa: -0,1% em 2009, -3,5% em 2015, -3,3% em 2016 e -4,11% em 2020. Desde a recessão de 2015-2016, a maior variação foi 1,8%, registrada em 2018. Em 2019, primeiro ano do mandato do presidente Jair Bolsonaro, a taxa recuou para 1,4%. No primeiro trimestre de 2020 já ficou negativa. Enquanto o presidente briga com os fatos e agride a imprensa por noticiar o agravamento da pandemia, a economia continua sem rumo e sem política de recuperação.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Economia desacelera com falta de vacina



Armínio Fraga (esq.), Affonso Celso Pastore e Luiz Carlos Mendonça de Barros: governo federal demorou a perceber que saúde e economia caminham juntas

Alex Ribeiro

A gestão inadequada da pandemia do coronavírus deverá provocar a desaceleração da economia brasileira, com riscos de o país caminhar para uma recessão técnica, num momento em que o governo e o Banco Central estão sem espaço para medidas de estímulo fiscal e monetário.

"Não podemos chorar sobre o leite derramado, mas o governo cometeu um erro gigantesco quando ignorou a pandemia", afirma o ex-presidente do BC Affonso Celso Pastore. "Todos os países do mundo compraram opção para vacina, se prepararam para ter uma vacinação rápida. Não fizemos nada à altura." "Se não tem a vacinação, você pode dar o estímulo que quiser que a economia não se recupera", segue Pastore. A visão é compartilhada por outros economistas ouvidos pelo Valor. "A economia e a saúde andam juntas, não teremos a recuperação da economia sem o fim da pandemia", afirma outro ex-presidente do BC, Armínio Fraga. "Minha impressão é que o Executivo ficou com uma visão contrária a essa até agora." "A conta de não tratar com mais seriedade a pandemia está chegando", afirma Armínio. "Estou vendo este ano com muita preocupação. O que virá pela frente, ninguém sabe."

O economista Luiz Carlos Mendonça de Barros, ex-ministro das Comunicações e ex-presidente do BNDES, considera provável uma nova recessão. "O Brasil é um ponto fora da curva, porque, com Bolsonaro na presidência, perdemos a oportunidade de estar com as vacinas compradas", afirma. "É justamente pelo número de mortes que nossa recuperação econômica vai ser pior, e nosso sofrimento, maior."

O desempenho da economia no ano passado, afirma Armínio, foi muito melhor do que muitos esperavam devido "ao uso bastante agressivo de esteroides", ou seja, política fiscal, monetária e creditícia expansionistas.

Com o fim do pagamento do auxílio emergencial, já se

esperava uma perda de fôlego nesse começo do ano, mas a economia poderia seguir adiante se a pandemia se arrefecesse ou com a vacinação em massa - ainda que com pouco brilho, devido à baixa confiança provocada pelo estilo pessoal do presidente Bolsonaro, pela agenda de costumes controversa e pela falta de solução para o desequilíbrio fiscal e de questões que travam a expansão dos investimentos e produtividade.

"Passado o efeito dos esteroides, a gente volta à realidade", afirma Armínio. Faltou o governo fazer campanhas para informar a população dos riscos de natureza sanitária. "Fizeram o contrário." Outro erro foi concentrar as apostas na compra de vacinas de poucos fornecedores e se atrasar quando surgiram janelas de oportunidade de novas aquisições.

Para Armínio, embora seja muito difícil prever o que vai acontecer no curto prazo, "gente que entende bem mais do que eu de conjuntura acha que o Brasil pode ter uma recessão técnica nesse primeiro semestre". Ou seja, dois trimestres seguidos com variações negativas do Produto Interno Bruto (**PIB**).

"Estamos vendo uma corrida entre a intensidade e a velocidade", diz Pastore. "De uma lado, temos a vacinação e, de outro, o contágio. O contágio está ganhando da vacinação."

Ele diz que os relatos que colhe de epidemiologistas mostram um quadro "muito feio". "As pessoas que puderem vão para o isolamento social, independentemente dos governos [decretarem lockdowns]." Esse distanciamento social se reflete em indicadores de alta frequência.

O economista diz que muitos de seus colegas estão menos pessimistas porque a produção industrial segue forte. Mas, lembra ele, 65% do **PIB** é formado por serviços, que são afetados pelo afastamento social. As condições financeiras, por outro lado, tornaram-se mais apertadas.

"A inclinação da curva de juros e a taxa de câmbio dão uma mensagem de risco muito alto e que cresceu nos últimos tempos.". Mesmo com o encaminhamento da PEC Emergencial, que preserva o teto de gastos, apesar de um crédito suplementar de R\$ 44 bilhões para pagar o auxílio emergencial, segue em aberto como será feita a consolidação fiscal nos próximos anos. "Não teve reforma, não teve nada."

Pastore foi conferir o que a alta da incerteza econômica significa para a economia quando se usa um modelo de projeção que replica o do Banco Central, que foi divulgado recentemente. "Com o índice de incerteza alto, mais a pandemia, eu acho que desacelera a economia", diz. "Não quero dizer que vai ter uma recessão porque depende do segundo trimestre, de quanto tempo leva tudo isso."

Para Mendonça de Barros, a piora das condições financeiras é uma realidade. "O capital estrangeiro está incomodado por razões objetivas e subjetivas, como a interferência na Petrobras", diz. "Acho que o dólar vai a R\$ 6,00".

Em meio a esse quadro negativo para a atividade econômica, ele faz duas ponderações do lado positivo. Uma é que, depois de um ano, houve maior aprendizado no mundo sobre como lidar com a pandemia. "Outra vantagem é que uma taxa de câmbio ultra desvalorizada por fuga de capitais favorece a indústria."

Os economistas dizem que é adequado o pagamento do auxílio emergencial, e Pastore e Armínio dizem que não haveria problema de gastar um pouco mais agora caso o país lidasse com as suas fragilidades fiscais. "As pessoas não têm uma pedra no meio do peito, tem um coração, e um cérebro entre as orelhas", diz Pastore. Para Mendonça de Barros, será preciso assistir o setor de serviços, que sofrerá muito.

O espaço para novos estímulos é virtualmente inexistente. "Os remédios cíclicos já foram acionados", diz Armínio. "O Brasil tem déficits primários desde 2014.0 Banco Central já colocou a taxa de juros lá embaixo, mas já chegou ao limite, agora vai ter até que reverter." Como a munição foi gasta, o remédio que resta é cuidar das reformas de médio prazo - há dois anos Armínio vem propondo vocalmente uma agenda ampla.

Pastore diz que, dado o quadro inflacionário mais geral, o BC deve iniciar um ciclo de alta de juros "para mostrar que está comprometido com a meta de **inflação** e não repetir o erro cometido em 2011, quando desancorou as expectativas e custou caro em termos de perda de produto".

Mas ele vê com preocupação pressões do mercado para alta forte e acelerada. "Se for para subir os juros para baixar o câmbio, acho um erro, vai impor uma desaceleração adicional da economia", afirma. "Se tem que começar a subir, vai devagar, deixando contingente aos dados."

Já Mendonça de Barros acha equivocado, neste momento, o governo focar os esforços em grandes

reformas, como foi feito com a tentativa de desvinculação de gastos de saúde e educação. Para ele, a PEC Emergencial foi longe do ideal, mas pelo menos se evitou o pior, como tirar o Bolsa Família do teto de gastos para abrir espaço a outras despesas sem critérios. "Temos que olhar agora para a sobrevivência", afirma. "Se sobrevivermos, depois vamos tratar do desequilíbrio da dívida pública."

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Congresso dos EUA esta perto de aprovar estímulo histórico

James Politi, Marcelo Kfoury Muinhos

Joe Biden está prestes a garantir a aprovação final do Congresso ao seu pacote de estímulo de US\$ 1,9 trilhão - uma aposta de que a pesada intervenção fiscal voltada às famílias de renda média e baixa acelerará a recuperação dos EUA sem superaquecer a economia.

Após o Senado ter aprovado o pacote no sábado, a Câmara dos Deputados, controlada pelos democratas, deverá dar o sinal verde final amanhã, para que finalmente possa ser promulgado por Biden.

Fora algum problema de última hora na Câmara, onde os democratas têm uma maioria apertada, o pacote de estímulo será uma grande vitória política para Biden, que fez dele sua prioridade ao assumir a Casa Branca em 20 de janeiro.

O Plano Americano de Resgate representa uma das maiores intervenções do governo federal na economia no pós-Segunda Guerra Mundial. É um pouco menor que o pacote de combate à pandemia de março de 2020, de US\$ 2,2 trilhões, mas é maior que o plano de recuperação da crise financeira de 2009, de US\$ 787 bilhões.

A possibilidade de sua aprovação tem levado muitos economistas a melhorar suas estimativas de crescimento dos EUA para o ano. O Federal Reserve (Fed, o banco central americano) deverá fazer o mesmo na próxima semana.

Mas o plano atrai críticas da oposição republicana - que até agora se opôs em bloco contra ele - e também de alguns economistas, incluindo Larry Summers, secretário do Tesouro no governo Clinton, para quem poderá provocar uma alta danosa na inflação.

A recente alta nas taxas de retorno dos títulos do Tesouro americano, com os juros dos bônus de 10 anos passando 1,5% pela primeira vez em mais de um ano - reforça essas preocupações, embora autoridades como a secretária do Tesouro, Janet Yellen, e o presidente do Fed, Jay Powell, tenham minimizado esses temores.

Ao redor do mundo, o pacote de estímulo americano poderá dar um novo alento à recuperação global, em

meio às esperanças de que uma ampla vacinação ao longo do ano venha a ajudar na reabertura de muitas economias. Mas qualquer salto não intencional na inflação americana ou nos rendimentos dos títulos de dívida poderá perturbar os mercados e se mostrar particularmente danoso aos mercados emergentes.

Internamente, os principais assessores de Biden e muitos democratas elogiaram ontem o plano, classificando-o como "histórico e transformador" para as famílias atingidas pela pandemia. O pacote

- que será financiada inteiramente via aumento do déficit público

- distribuirá pagamentos de US\$ 1.400 para a maior parte dos americanos; suplemento de US\$ 300 por semana nos seguros-desemprego até setembro; aumento do crédito fiscal por filhos; ajuda a governos estaduais e locais; e mais recursos para escolas e vacinações.

"Essa é uma lei que reflete a crença do presidente Biden de que a melhor maneira de colocar a economia de volta aos trilhos, e fazê-la crescer, é investir nas pessoas em idade produtiva e na classe média", disse à CNN Kate Bedingfield, diretora de comunicações da Casa Branca. "É uma ajuda urgente que ajudará pessoas de todas as partes do país, mas é também um investimento de longo prazo."

No sábado, Biden aplaudiu a aprovação do projeto pelo Senado, por 50 a 49, após uma maratona iniciada na manhã de sexta-feira.

O pacote de Biden e seus desdobramentos no Brasil

O economista do MIT, Olivier Blanchard, caracterizou a assimilação do pacote pela economia americana como uma cobra engolindo um elefante. Pode até passar, mas causará bastante dano.

O pacote de US\$ 1,9 trilhão aprovado no fim de semana pelo Senado americano é o sexto do tipo e é similar em magnitude ao de US\$ 2,2 trilhões aprovado em março do ano passado.

Além dos cheques de US\$ 1.400 para quem ganha menos de US\$ 75 mil ao ano, há ajuda semanal de US\$ 300 para os desempregados. Consta do plano

também ampla distribuição de dinheiro para Estados e municípios (US\$ 350 bilhões), escolas (US\$ 130 bilhões) e vacinas (US\$ 14 bilhões).

Os dados recentes da economia americana já mostram que a recuperação é vigorosa. Novos pedidos de seguro-desemprego caem há duas semanas consecutivas, enquanto dados do mercado de trabalho divulgados na sexta-feira vieram quase no dobro do consenso. Foram criados 379 mil empregos e o esperado era 200 mil. Já o desemprego se reduziu para 6,2% em fevereiro, tendo chegado a quase 15% no início da pandemia.

O livro Bege do Fed reportou avanço moderado da atividade econômica e do emprego dos EUA, quando a maior parte dos distritos do Federal Reserve reportou crescimento modesto da atividade econômica em 2021, com avanço da produção industrial. Os empresários seguem otimistas com o cenário dos próximos meses, em função da distribuição de vacinas. O crescimento em empresas do setor de serviços acelerou no mês passado, para o maior nível em quase dois anos.

Por enquanto a **inflação** está em níveis razoáveis. O núcleo do PCE (deflator das despesas de consumo do **PIB**), que é a medida de **inflação** relevante para a meta do Fed, está em 1,5%. Mas as expectativas de **inflação** medidas pelos títulos do Tesouro americano indexados à **inflação** (TIPS) estão em 2,4% nos títulos mais longos.

O risco de superaquecimento da economia e volta da **inflação** é também atestado na elevação da curva de juros dos EUA. A taxa de juros de 10 anos, que no auge da pandemia estava ao redor de 0,6%, recentemente subiu para acima de 1,5%, refletindo a possibilidade de alta da **inflação** e de ação de política monetária. Por enquanto, o mercado não prevê que o Fed suba os juros em 2021.

O superaquecimento da economia americana elevará ainda mais a curva de juros nos Estados Unidos, o que atrai capitais para lá e gera volatilidade e depreciação das moedas dos países emergentes. Além de novas altas nos preços dos commodities.

Em geral, quando há melhora nos termos de troca, a moeda doméstica se aprecia. Porém, desde junho, houve uma melhora nos termos de troca, basicamente devido ao aumento das commodities, mas ocorreu depreciação do câmbio dado o aumento do risco fiscal no Brasil. O real, pelo segundo ano consecutivo, é uma das moedas mais desvalorizadas do mundo e o superaquecimento da economia americana pode ser uma causa adicional para nova onda de depreciação da moeda doméstica.

EUA poderão ser o motor da retomada mundial pós-covid

Os EUA poderão ajudar a promover uma poderosa recuperação mundial neste ano, uma vez que vem tendo um papel central na retomada em comparação à crise financeira global, reflexo da natureza incomum do choque causado pela covid-19 e também da flexibilidade da economia americana.

A economia mundial deverá crescer cerca de 6% neste ano, segundo a consultoria Oxford Economics, taxa mais alta em 50 anos, na medida em que as vacinações permitirão a suspensão das restrições e a retomada dos negócios.

Pela primeira vez desde 2005 os EUA deverão dar neste ano uma contribuição ao crescimento global maior que a da China, segundo a consultoria. Após a crise financeira de 2008, a recuperação da economia global foi movida pela China, enquanto os EUA experimentavam sua mais fraca retomada desde a Grande Depressão.

Como a economia americana é cerca de um terço maior que a da China, sua contribuição para o crescimento global será maior que a da China se, conforme esperado, os dois países crescerem mais ou menos no mesmo ritmo neste ano.

"Os EUA voltarão a desempenhar o papel de locomotiva global em 2021", diz Catherine Mann, economista do Citibank. Mas ela alerta que a situação internacional vai moderar o crescimento econômico do país.

A economia americana encolheu 3,5% em 2020 e deverá crescer cerca de 7% neste ano, segundo o Goldman Sachs. A China cresceu 2,3% em 2020 e deverá crescer 8% neste ano, estima o banco.

O JP Morgan acredita que os EUA vão superar sua tendência de crescimento pré-crise até a metade do ano, enquanto que a China, embora já tenha retornado à sua trajetória pré-pandemia, não vai superá-la. A Europa e alguns países emergentes crescerão menos.

O fraco crescimento populacional e de produtividade poderão afetar o **PIB** chinês nos próximos anos, diz Joerg Kraemer, economista do Commerzbank. As autoridades chinesas sinalizaram que pretendem retirar gradualmente as medidas de estímulo econômico neste ano e se concentrar em conter o endividamento e evitar o estouro de uma bolha imobiliária.

A resiliência da economia dos EUA reflete o rápido

início da vacinação contra a covid-19, o esperado pacote de US\$ 1,9 trilhão, ampla liquidez do Federal Reserve e o acúmulo de poupança. A Oxford Economics estima que a poupança excedente das famílias americanas chega a US\$ 1,8 trilhão.

Além disso, nos EUA e outros países, a recessão não é resultado do estouro de bolhas de ativos ou dívidas acumuladas, ao contrário das crises econômicas anteriores. Isso deverá acelerar a recuperação, segundo economistas.

O comércio global já superou os níveis pré-crise, com as pessoas ficando em casa e comprando produtos pela internet ao longo da pandemia. E os investimentos das empresas vêm crescendo mais rápido do que nas duas recuperações econômicas anteriores, em grande parte devido ao apoio generoso do governo, segundo o JP Morgan.

O crédito bancário às empresas cresceu a uma taxa anualizada de 80% no auge da pandemia no ano passado nos EUA, zona do euro, Japão e Reino Unido, segundo o JP Morgan. Isso se compara a uma queda de 13% no crédito bancário durante a crise financeira de 2009.

Mas há riscos que poderão pesar mais sobre os EUA. Algumas partes da economia mundial poderão se recuperar mais lentamente do que outras, ou não se recuperar. O turismo, um setor importante em toda a Europa, mas também na Ásia e nos EUA, não deverá se recuperar enquanto os controles nas fronteiras não forem aliviados. Variantes novas e mais contagiosas do coro-navírus significam que essas mudanças ainda poderão levar meses para acontecer.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>